



PLANO DE ENSINO

2016

Curso: Pedagogia

Disciplina: Política Educacional Brasileira

Carga Horária Semestral: 40 horas

Semestre do Curso: 5º

1 - Ementa (sumário, resumo)

Contextualização histórico-política das abordagens clássicas do estado moderno: diferentes tendências e implicações na educação. O estado e seu papel político na sociedade. O papel do estado na elaboração das políticas educacionais. Contexto econômico político, social e cultural do Brasil contemporâneo. Organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais. Política educacional na legislação para os níveis de escolaridade básica, média e superior. Relação entre o público e o privado no contexto da educação brasileira. Impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.

2 - Objetivo Geral

Esta disciplina está inserida no Curso de Pedagogia para contribuir no desenvolvimento das seguintes competências e habilidades dos Pedagogos formados pela FAIBI:

- Atuar em diferentes contextos da prática profissional, escolares (creches, escolas, apoio escolar) ou não-escolares (empresas, área da saúde, instituições sociais).
- Pensar criticamente o processo educativo em suas dimensões: ética, cultural, política e social.
- Elaborar projetos e trabalhos científicos que contribuam para o desenvolvimento das concepções científico-educacionais.
- Adequar-se a situações novas de forma flexível e reflexiva, avaliando as implicações de suas escolhas, construindo verificações e autocorrigindo-se quando julgar necessário.
- Fazer uso dos recursos tecnológicos na produção, na organização e na transmissão dos conhecimentos.
- Trabalhar em equipe, com ênfase na formação da identidade do professor e do gestor.
- Planejar, organizar, realizar, gerir e avaliar situações de ensino-aprendizagem e de gestão.
- Adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos alunos e à promoção da qualidade da educação.
- Localizar e buscar soluções que revertam as dificuldades diagnosticadas no exercício cotidiano da atuação profissional.

A disciplina Política Educacional Brasileira, especificamente, pretende oferecer subsídios teóricos acerca constituição do Estado Brasileiro, seu papel na definição das políticas educacionais, buscando compreendê-las como resultado das disputas de classe, de interesses político-ideológicos e de concepções teóricas que terminam por se expressar por meio da política e na produção da legislação e das decisões governamentais sobre educação, especialmente quanto à política educacional no Brasil atual.



3 - Objetivos Específicos

Os conteúdos a serem estudados na respectiva disciplina pretendem levar o graduando a:

- ✓ Construir conceitos básicos para a fundamentação e compreensão da Política Educacional brasileira.
- ✓ Conhecer as concepções teóricas e formulações das diferentes forças políticas em disputa na sociedade brasileira atual.
- ✓ Reconhecer o papel da política, bem como os desafios que se colocam aos educadores quanto ao enfrentamento do tema e na formulação de novas propostas para o avanço da educação.
- ✓ Conhecer os mecanismos da atuação política e os processos de democratização do Estado Brasileiro.

4 - Conteúdo Programático

- I- Contextualização histórico-política das abordagens clássicas do estado moderno: diferentes tendências e implicações na educação.
- II- O estado e seu papel político na sociedade. O papel do estado na elaboração das políticas educacionais.
- III- Contexto econômico político, social e cultural do Brasil contemporâneo.
- IV- Organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais;
- V- Política educacional na legislação para os níveis de escolaridade básica, média e superior.
- VI- Relação entre o público e o privado no contexto da educação brasileira.
- VII- Impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.

5 - Metodologia de Ensino

A metodologia utilizada pelo docente para a organização da mediação entre o sujeito (graduando) e o objeto de conhecimento (conteúdos da disciplina) se dará por meio dos seguintes procedimentos:

- Tempestade de idéias (conhecimento inicial do aluno sobre o conteúdo).
- Aulas expositivas dialogadas.
- Leituras orientadas de textos selecionados.
- Trabalhos individuais e/ou grupais.
- Estudos de casos.
- Pesquisas sobre o tema.
- Seminários.
- Entrevistas com pessoas-fonte.
- Palestras.
- Discussões e debates dirigidos.
- Observações da realidade.
- Tarefas de assimilação de conteúdos.
- Novas tecnologias em sua forma presencial (física) e virtual (à distância).
- Análise de vídeos ou filmes.
- Leitura de aprofundamento (livro).



6 - Recursos Didáticos

Lousa. Data-show. Equipamentos de reprodução de vídeo. Recursos de internet.

7 - Sistema de Avaliação

O processo de avaliação obedece ao Sistema Formal de Avaliação Discente da instituição, a partir do qual, a avaliação do rendimento escolar é composta basicamente por dois instrumentos: **Avaliação Livre e Avaliação Final**.

Avaliação Livre

A Avaliação Livre é o resultado da **média aritmética simples** das notas atribuídas pelo professor no 1º bimestre e no 2º bimestre de cada Semestre Letivo, conforme a equação abaixo:

$$A_L = \frac{N_1 + N_2}{2} \quad (1)$$

em que:

A_L = Nota da Avaliação Livre (0,0 a 10,0 pontos);

N_1 = Nota do 1º Bimestre (0,0 a 10,0 pontos);

N_2 = Nota do 2º Bimestre (0,0 a 10,0 pontos).

Para compor as notas de cada bimestre o professor é quem definirá quantos e quais instrumentos de avaliação serão utilizados para a sua disciplina, bem como o critério de cálculo para cada nota bimestral N_1 e N_2 .

Como instrumentos de avaliação podem ser utilizados provas escritas e orais, trabalhos, visitas técnicas, exercícios em classe, pesquisas, relatórios, seminários, estudos de casos, trabalhos interdisciplinares, projetos experimentais e outros, realizados individualmente ou em grupo. Entretanto, os instrumentos escolhidos e os critérios adotados para o cálculo das Notas Bimestrais devem ser divulgados e discutidos com os alunos no início do período letivo.

Avaliação Final

A Avaliação Final (A_F) corresponde a uma **prova escrita individual**, a ser aplicada, **sem consulta**, no final do Semestre Letivo **para cada disciplina**. A prova será elaborada e aplicada conforme as regras estabelecidas no Sistema Formal de Avaliação Discente da Instituição.

Prova Substitutiva

A Prova Substitutiva é uma prova escrita individual a ser aplicada caso o aluno não atinja, após a realização da Avaliação Final, a pontuação mínima exigida para aprovação (6,0 pontos). Neste caso, a nota da Prova (N_s) **substituirá** a menor nota obtida pelo aluno no respectivo semestre, entre as opções A_L ou A_F .

O Quadro 1 apresenta um resumo do sistema de avaliação:

Quadro 1 – Tipos de Avaliação empregados e objetivos principais a serem alcançados



| Avaliação | Objetivos Principais |
|---|---|
| Livre 0,0 a 10,0 pontos Peso 5 | <ul style="list-style-type: none">• Promover um acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos na disciplina;• Verificar, de maneira diagnóstica, se os objetivos propostos estão sendo ou não alcançados;• Estimular a criatividade e proporcionar flexibilidade ao professor no processo de avaliação. |
| Final (0,0 a 10,0 pontos) Peso 5 | <ul style="list-style-type: none">• Possibilitar que o aluno se familiarize com questões dissertativas e de múltipla escolha do tipo situações-problema;• Estimular a assiduidade e a participação do aluno desde o início até o final de cada aula;• Verificar, de maneira interdisciplinar e conjunta, o nível de assimilação dos conteúdos estudados durante o período letivo. |

Critério de Avaliação

A Nota Final do aluno no Semestre (N_F) é o resultado da **média aritmética ponderada** entre a Avaliação Livre (peso 5) e a Avaliação Final (peso 5), de acordo com a seguinte equação:

$$N_F = 0,5 \times A_L + 0,5 \times A_F$$

em que:

N_F = Nota final do aluno no semestre;

A_L = Nota da Avaliação Livre;

A_F = Nota da Avaliação Final.

Se após a realização da Prova Substitutiva (quando for o caso), a nota final do semestre (N_F) for igual ou superior a 6,0 (seis) e a frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, o aluno está **aprovado** na disciplina. Se a nota final do semestre (N_F) for maior ou igual a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis) e a frequência igual ou superior a 75%, o aluno está **reprovado por nota** na disciplina e poderá se matricular na Dependência Especial. Se a nota final do semestre (N_F) for inferior a 4,0 (quatro) e/ou a frequência for inferior a 75% da carga horária da disciplina (qualquer que seja o valor de N_F), o aluno está **reprovado** na disciplina e deverá cursá-la novamente em regime de Dependência (Normal).

8 – Bibliografia Básica

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP, Autores Associados, 1997.

BIANCHETTI, R. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questões da Nossa Época; 56).

GENTILLI, Pablo, SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional**. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.



TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; e HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez Editora/PUC-SP/Ação Educativa, 1996.

9– Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia**. São Paulo, Cortez, 1991.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. In **Revista Brasileira de Educação**, Maio/Jun/Jul/Ago, 2001, no. 17 Goode, William J. & Hatt, Paul K.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In **Cadernos CEDES**, ano XXI, no. 55, novembro/2001, pp.30-41.

LIBÂNEO, J.C. (et. al.) **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez: 2003.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. São Paulo, Autores Associados, 1997. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado, aparelho de Estado e sociedade civil**. Brasília, ENAP, 1995 (Textos para discussão).

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995, 1ª reimpressão.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo, Ação Educativa, 2003.

Publicações da Secretaria Estadual de Educação – SEE/SP.

Declaração Mundial sobre a educação para todos (Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem). Jomtiem, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação Mundial da infância 1992, 1994 e 1995**. Brasília: Escritório do UNICEF no Brasil, 1992, 1994 e 1995, respectivamente.